

COLECIONA

vol. 9/Ano 2
novembro/dezembro 2009

FICHÁRIO D@ EDUCADOR AMBIENTAL

TEXTOS PARA SE PENSAR A EA

- Pensando a formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas
- A água nossa de cada dia

PÁG. 3

AÇÕES E PROJETOS

- Nós coletivizamos
- Participação da Juventude

PÁG. 7

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Educação ambiental, mudanças climáticas e formação em países africanos vulneráveis

PÁG. 13

10 ANOS DA IPNEA

- Entrevista com Marcos Sorrentino
- Entrevista com Patricia Mousinho

PÁG. 17

AGENDA DA EA

- Eventos e Cursos para @ Educador Ambiental

PÁG. 27

INDICA-SE

- Livros e publicações voltados à Educação Ambiental

PÁG. 29

CADASTRE-SE

Caso tenha interesse em receber em seu endereço eletrônico este material, envie um e-mail para educambiental@mma.gov.br com o assunto: recebimento Coleciona: fichário do EA, ou por meio do blog Coleciona (<http://colecciona-ea.blogspot.com>).

COLABORE

O recebimento dos textos é um fluxo contínuo não havendo prazos para o envio dos mesmos.

DICAS PARA O ENVIO: Os textos devem ter no máximo quatro páginas, fonte *times new roman* 12, com espaço 1 1/2. Deve conter ainda o nome e minicurrículo do autor e bibliografia consultada.

Caso haja a necessidade de alterar o tamanho do documento ou seu conteúdo, o autor será notificado e a publicação se dará mediante aprovação do mesmo.

Envio: educambiental@mma.gov.br
Assunto: Artigo COLECIONA

OPINE

Envie sua opinião sobre o conteúdo e o formato deste material para educambiental@mma.gov.br, com o assunto: opinião Coleciona: fichário do EA ou por meio do blog Coleciona (<http://colecciona-ea.blogspot.com>). Se possível, nos comunique sobre seu envolvimento com atividades de Educação Ambiental.

Fica autorizada a publicação total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que citada a fonte.

O conteúdo dos eventos e cursos são de inteira responsabilidade de seus organizadores/coordenadores.

Pensando a formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas

Denise Lima Rabelo *

A necessidade de conhecer (melhor) os comitês de bacias hidrográficas do estado do Espírito Santo, para pensar sobre a sua formação, surgiu a partir da nossa participação no Seminário “Água da Gente: Um Olhar sobre os Comitês de Bacias Hidrográficas”, promovido pelo Projeto Marca D’Água em 2008.

Frank (2008) faz considerações muito interessantes sobre as dimensões de uma bacia hidrográfica – a área de atuação do comitê. Segundo a autora, a dimensão mais visível da bacia é a sua dimensão físico-natural. Porém, além desta, haveria outras duas. Uma delas é a dimensão sócio-econômica, e a autora chama a atenção para o fato de que o sistema sócio-econômico verificado numa bacia hidrográfica em geral não tem a mesma delimitação que a Bacia. Inclui a ocupação humana, os usos econômicos que ela faz da água e do solo e os impactos que causa sobre a água; Frank ressalta também que os problemas a serem resolvidos numa bacia resultam da interação não-harmônica entre estas duas primeiras dimensões. Uma outra dimensão é a institucional, e a autora nos fala que devido aos impactos, e visando a regular os usos, a sociedade criou instituições diversas para gerir recursos naturais, inclusive a água. Para Frank, é nesta dimensão institucional que ocorrem as articulações em torno da idéia de gestão de recursos hídricos. Frank também alerta para o fato de que essas três dimensões não podem encobrir uma à outra, recomendando que elas sejam sobrepostas, de forma transparente.

Frente à responsabilidade de gestão das águas na bacia, é possível ver o comitê como uma comunidade, semelhante ao identificado por Carvalho:

Uma comunidade singular e cooperativa, segundo Negri (2005), dá-se pela constituição do comum. Mas o que viria a ser o comum? – O comum seria a capacidade de a “multidão” (Hardt; Negri, 2006) assumir pelas próprias mãos as condições biopolíticas da própria existência, fundamentalmente articulada com o movimento e a comunicação de singularidades entre si. (2009, p. 143)

É de se supor que no espaço do comitê naturalmente estejam presentes interesses divergentes, até mesmo antagônicos entre si. Mas esses interesses foram convocados à explicitação na comunidade. Segundo Carvalho, o comum não pode ser reduzido a uma unidade homogeneizada. Ao contrário, é no próprio antagonismo presente no interior da comunidade que está a potência para produzir os deslocamentos coletivos (2009).

Embora sejam vistos frequentemente como órgãos públicos, os comitês não foram criados para ser uma burocracia pois, pelo contrário, ao pensar o sistema, acreditava-se que esta proposta (de comitês) superaria os problemas típicos de uma organização burocrática, conforme foi colocado por Weber (Idem, p. 116):

Diz-se que a burocracia funciona independentemente das pessoas, porque vê os seres humanos como um fator de insegurança que precisa ser controlado. A burocracia é criticada por tornar lenta a iniciativa humana: qualquer independência de espírito é imediatamente colocada de volta no trilho dos regulamentos e procedimentos. [...] Ela conecta seres humanos como se fossem engrenagens de procedimentos mecânicos. A burocracia mecânica opera, não luta. Foi feita para a estabilidade, não para a mudança. É estática e permanece como está, independentemente do lucro ou da perda.

Pensando no comitê como uma comunidade recentemente criada na história brasileira, cujas atribuições pressupõem iniciativa, luta e mudança, podemos concluir como Santos:

Entre o nada e o tudo – que é uma maneira muito estática de pensar a realidade – eu lhes proponho o “ainda-não”. Ou seja, um conceito intermediário que provém de um filósofo alemão, Ernest Bloch: o que não existe, mas está emergindo, um sinal de futuro. (Apud CARVALHO, 2009, p. 153)

Pensar a formação dos membros dos comitês de bacias hidrográficas é então pensar o seu ainda-não, o que está por vir, e o que a aprendizagem coletiva pode proporcionar.

Destacamos que a nossa época, chamada por alguns pensadores de pós-moderna, é uma época de crítica ao modelo tecnicista de educação: aquele que privilegia o conhecimento técnico-científico em detrimento dos demais. O que se questiona neste momento histórico, conforme Santos, é até que ponto o conhecimento técnico-científico, que não considera as demais formas de saber, contribuiu para o empobrecimento ou enriquecimento prático de nossas vidas (2004).

O conhecimento, hoje sabemos, é complexo. Conforme nos mostra Morin, é complexo o que não pode ser reduzido a uma lei nem a uma idéia simples: a complexidade surge onde o pensamento simplificador falha. Morin nos diz ainda que é necessário reconhecer a incompletude de qualquer conhecimento, pois nada está definitivamente dado, e nenhum saber é total. Pelo contrário, citando Adorno, Morin nos fala que a totalidade é a não-verdade. O mundo é complexo, o que exige a necessidade de contemplar a inexorabilidade da desordem, da ambiguidade, da incerteza, e ser capaz de caminhar apesar de (MORIN, 2006).

Diante de sua responsabilidade, e como mais uma possibilidade de reflexão, destacamos as questões éticas envolvidas no trabalho dos membros dos comitês. Seus membros, coletivamente, representam – ou deveriam representar – todos os interesses da sociedade da bacia, sejam eles culturais, sociais, políticos, econômicos, ou de qualquer outra natureza:

Por toda uma série de razões, a idéia de uma moral como obediência a um código de regras está presentemente em um processo de desaparecimento, já desapareceu. E a essa ausência de moral responde, deve responder, uma busca de uma estética da existência. (FOUCAULT apud NASCIMENTO, s/d, p.1)

Ficam assim estas questões para a nossa reflexão: como pensar a formação de comitês de bacias hidrográficas, de tal forma que se possibilite a aquisição de diversos saberes e sua constante ressignificação, considerando a complexidade do conhecimento e a ética como uma prática de liberdade, como cuidado de si e do outro? É assim que entendemos um programa de formação para os comitês de bacias hidrográficas?

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Janete Magalhães de. O cotidiano escolar como comunidade de afetos. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: CNPq, 2009.
- FRANK, Beate. (Org.) Projeto Marca D Água: seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas no Brasil: Caderno 2: comitês de bacias sob o olhar de seus membros. Blumenau: FURB, 2008.
- _____. A educação ambiental como mobilizador social no Sistema de Recursos Hídricos. Local: X Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Rio de Janeiro, 2008. 16 slides: color.
- MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2006
- NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Nos rastros de Foucault: ética e subjetivação. Disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art02.html> Acesso em 01/05/2009.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. 2ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- WEBER, Susane Maria. O “intra-empREENDEDOR” e a “mãe”: estratégias de “fomento” e “desenvolvimento” do empreendedor de si no desenvolvimento organizacional e na ação afirmativa. In: PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina (Orgs.) Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 110-133

* Analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, no estado do Espírito Santo. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal do Espírito Santo, na linha de pesquisa Cultura, Currículo e Formação de Educadores, sob a orientação da Professora Dra. Martha Tristão

A água nossa de cada dia

Alessandra Quadros*

A água é o elemento básico e fundamental à manutenção da vida na terra, sua presença é essencial a todos os seres vivos e a purificação da biosfera, através de seus ciclos constantes e harmoniosos. Todos sabem que a terra apresenta $\frac{3}{4}$ da sua superfície coberta por água, apenas $\frac{1}{4}$ é terra, portanto a expressão Terra, Planeta Água, de Guilherme Arantes, está totalmente correta. Curiosamente os seres humanos apresentam, aproximadamente, 70% de água em sua estrutura corpórea, existindo muito mais água no organismo que matéria sólida, mas será que cuidamos desta água de forma sensata e comprometida, tanto para a manutenção de nossa saúde quanto para a preservação da vida na terra? É uma questão para ser pensada e repensada por todos.

É muito importante que as discussões em torno desta problemática ambiental tomem o espaço merecido nas instituições de ensino, empresas, fábricas, comunidades, etc. mesmo, e principalmente, depois de passado o dia internacional da água. Torna-se imprescindível a sustentação deste tema nas mais diversas áreas, pois a questão da problemática da água é muito séria, comprometendo de forma irreversível toda a estrutura planetária.

No filme “Quem somos nós” (que, aliás, é excelente), vê-se alguns trechos onde são realizadas algumas experiências com a água, mostrando que ela muda de formas moleculares conforme o estado emocional e intencional daqueles que a manipulam, por exemplo, sentimentos harmoniosos gerariam moléculas com formatos de mandalas. É claro que faltam comprovações científicas deste fato e as especulações são muitas, mas vale a pena refletir sobre isto.

Dentro desta perspectivas colocadas aqui, vimos que a água é muito mais importante e valiosa do que realmente pensamos ou acreditamos ser. A água que vemos em todo lugar não pode ser utilizada para o consumo humano, pois do 0,07% existente, muita já está poluída e contaminada pelos esgotos domésticos, industriais e acúmulo de lixo em suas margens ou dentro dela, o que torna a situação mais nociva e perigosa a cada dia. No entanto, mesmo sabendo de toda esta problemática sócio ambiental ainda vê-se desperdício por todos os lados, uso inadequado e inconsciente, despreparo, descomprometimento e irresponsabilidade, entre outras atitudes anti ambientais que poderíamos citar aqui. Todos sabem do que cabe a sua parte, mas são poucos os que agem de forma correta e racional ao uso deste bem preciosos e vital, será necessário que aconteçam desgraças ecológicas relacionadas com a água para aprendermos a preservá-la? Como será o futuro se o consumo atual for mantido ou continuar aumentando consideravelmente?

Nos últimos 70 anos a população do planeta triplicou enquanto a demanda por água aumentou 6 vezes. A escassez de água potável atinge hoje 2 bilhões de pessoas no mundo e estima-se que daqui aproximadamente 20 anos este percentual possa aumentar para 4 bilhões de seres humanos que não terão água para suas necessidades básicas. E os seres vivos em geral sofreriam demasiadamente e, inevitavelmente, muitos entrariam em extinção.

A necessidade de água cresce mais rápido do que o aumento da população e para atender esta demanda cavam poços e constroem-se barragens, esgotando os recursos naturais do planeta, esses recursos, como o petróleo, não são renováveis. É provável que num amanhã próximo a água alcance preços onerosos no mercado e que seu desperdício acarrete penas severas conforme legislação vigente.

Faz-se relevante meditar e repensar estas questões fomentando maneiras possíveis e viáveis de realizar atividades permanentes e ações de preservação começando por nossa vida pessoal. Atitudes impensadas só aumentam o problema agravando ainda mais esta situação.

Para haver um resultado positivo é preciso que cada um faça sua parte, comprometendo-se com pequenas, mas ao mesmo tempo grandiosas atitudes em nosso cotidiano. Repensar velhos hábitos e substituí-los por outros ambientalmente corretos é o caminho. Fechar a torneira sempre que possível, lavar carros e calçadas com balde

de água e esponja, demorar menos tempo no banho, lavar a louça dentro de bacias ligando a torneira apenas para enxaguá-las, reutilizar continuamente e utilizar água das chuvas fazem a diferença sim.

Somos responsáveis por nossas próprias atitudes, o destino depende de pequenas ações éticas e ambientais que fizermos hoje.

Preservar é estar um passo à frente.

* Alessandra Quadros é bióloga e educadora ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento da Prefeitura de Santa Cruz do Sul. É pós-graduada em Educação Ambiental pela UFSM-2007 e Licenciamento Ambiental pela UNISC-2007.

Nós coletivizamos

Cescar

Coletivo Educador Mantiqueira

Coletivo Baixo Tiete

Coeduca

A gente já sabe que não é possível haver vida sem alimento e sem cuidados...

Sem eles não há movimento, nem crescimento, muito menos reprodução. Precisamos de alimento e cuidados para o desenvolvimento do corpo, da mente e do espírito...

Precisamos permanentemente de combustível para manter a nossa chama acesa!

Se pensarmos assim, fica mais fácil ligar “alimentação” a “educação” e vice-versa e, de fato, isso tem sido feito há tempos.

Curiosamente, em Portugal, berço da nossa língua pátria, a palavra “CARDÁPIO” não existe e tem como sinônimo a palavra “EMENTA”, que, por sua vez, no Brasil, tem o sentido emprestado à Educação como um resumo de uma disciplina. Também vem de Portugal uma aproximação que diversos autores fazem, inclusive de modo poético, entre SABER e SABOR. Lá, o verbo “saber” tem ainda no uso corrente o sentido de “ter conhecimento” e “ter sabor”. Uma determinada comida sabe bem! Em latim, a raiz comum às duas palavras, “sapere” tem o significado de “ter gosto”. Aqui no Brasil, é muito comum as pessoas usarem a palavra “gosto” para expressões do tipo: “ter gosto pelos estudos” (Sandro Tonso, 2007).

Mas existem cardápios e cardápios...

Cardápios dos mais variados tipos de alimentos e de aprendizagens, de jeitos de serem oferecidos e consumidos, cardápios dos mais diversos sabores, temperos, cores, desejos e intenções... Cardápios desintoxicantes, cardápios revigorantes (pretensamente ou não) etc. E é assim com o alimento que nutre ou sobrecarrega o organismo com toxinas e é assim com a educação.

Os “Cardápios de Aprendizagem” como eixo metodológico na Formação de Educadores Ambientais idealizado pelo DEA/MMA combina mais com a idéia de “alimentar-se espiritualmente”. E isto significa dizer que a proposta está há léguas de distância (e por que não dizer até na direção oposta, talvez) daquilo que é oferecido por intermédio das grades curriculares e listas de disciplinas escolares – os “pratos feitos”, únicos, sem possibilidades de escolha, sem consideração das especificidades, das preferências, das culturas...

O propósito “é o de oferecer um amplo leque de escolhas, de atividades de variados tipos em qualidade e quantidade, suficientes para atender à “fome de saberes” das/os diversas/os educandas/os. Não engessar a formação é uma atitude política, na medida em que, desta forma, afirma-se a IDENTIDADE e DIVERSIDADE, acentua-se a posição de que somos todos diferentes e que a diferença não é um problema, muito pelo contrário, é uma característica que deve ser valorizada, incentivando que cada educanda/o busque os itens que lhe sejam mais apropriados, incentivando-o na construção de sua AUTONOMIA” (Sandro Tonso, 2007).

Assim, vamos construindo as comunidades de aprendizagem e os nossos coletivos.

E os novos valores emergem...

No sentido da construção de uma sociedade sustentável, solidária, participativa, onde politicamente a partilha seja feita em prol de todas e de todos.

Porque no dia-a-dia precisamos coletivizar e flexionar: eu coletivizo, tu coletivizas, eles coletivizarão, e assim por diante...

Pois precisamos construir um mundo melhor e mais justo.

Porque vimos que cada vez mais estamos inseridos em uma sociedade de massa, onde o espetáculo que existe é o consumo, que no cotidiano da vida das/os cidadãs/os adentra para a sua intimidade... E onde nós, seres humanos, já não nos reconhecemos mais como fazendo parte de uma comunidade local e planetária.

Porque somos todas e todos deste mundo e a ele pertencemos.

Porque o Mundo e o Coletivo ao mesmo tempo são de todo mundo,

E não são obras de ninguém isoladamente.

O que nos anima são as pessoas que compartilham da utopia, que buscam um mundo melhor, sem injustiças, sem carências, com muito amor, respeito, compreensão com todas as formas de vida.

O coletivizar é assim, compartilhar os sonhos, a esperança, os problemas, as trocas de energia... E coletivizando na coletividade dos coletivos educadores, as diferenças vão aparecendo, as pessoas dialogando com o território, com a/o outra/o e consigo mesmas.

Os cardápios vão surgindo, as pessoas vão se envolvendo, e os problemas e as idéias circulando na roda de partilha.

O viveiro de mudas nativas, a usina hidrelétrica, as reservas florestais das propriedades rurais, o discurso, o diálogo, as experiências vão se expondo, aparecendo... Educomunicando também no olhar, no ouvir, no pensar, no expor, no falar aquilo que nos anima, no registrar nossos passos e nossa experiência adquirida.

Coletivizar é quebrar o paradigma do conhecimento para enxergar o saber que brota das coisas mais simples, mas que na realidade são complexas...

Coletivizar é considerar a dimensão do outro...

É avançar, retroceder, retroceder mais um pouco e perceber que este processo todo foi um avanço!

É ter felicidade nas conquistas...

É ter dificuldades por todos os lados...

É pensar em desistir e perceber que é impossível... A paixão pelo “Coletivo” já nos laçou... Ele já está incorporado à nossa história!

Vamos construindo nossos coletivos...

Promovendo a partilha do pão e o “milagre da multiplicação”, na sustentação dos interesses comuns, na participação, no companheirismo, na contribuição e na Colaboração em Sistemas Cooperativos.

Vamos entendendo que em matéria de coletivo, o ato solitário de quem plantou, regou ou colheu, se desfaz no momento seguinte para se transformar em ato solidário... Para se refazer no processo, como alimento para o Coletivo.

É nesse ciclo de nutrientes do saber que exaltamos a vida!

Não só a vida de todos os seres e os ambientes naturais, mas uma nova forma de viver, em que o ser humano sinta que é parte dessa energia, e que trabalhando coletivamente pode provocar e estimular transformações na sua realidade e na das/os outros, em busca do bem comum.

Porque estamos aprendendo participando e praticando...
Porque coletivizar, enfim, é tornar coletivo.

Palavra que vira verbo, indicando movimento e qualidade da ação;
Que vira adjetivo, revelando um modo de ser e de estar no mundo;
Que pode ser um meio de transporte,
E também um substantivo coletivo.

Convidamos você a virar coletivo e continuar conjugando este verbo!

Referência bibliográfica

TONSO, Sandro. COEDUCA - Relatório FASE 1. 2007. (Relatório de pesquisa).



Participação da Juventude: Conferência Internacional Infanto-Juvenil Vamos Cuidar do Planeta

A Conferência Internacional Infanto-Juvenil – Vamos Cuidar do Planeta - Confint- é uma iniciativa e um convite do governo brasileiro para adolescentes e jovens do mundo virem ao Brasil debater alternativas para a construção de sociedades ambientalmente sustentáveis e socialmente justas.

Os países participantes da Confint, que vierem com delegações ao Brasil, poderão trazer um jovem facilitador com idade entre 18 e 25 anos, que ficará encarregado de mediar o diálogo e ajudar crianças e adolescentes a organizarem suas próprias idéias, contribuindo com a interpretação do material de apoio e na realização das diversas etapas da conferência.

Para participar da Conferência Internacional, os jovens facilitadores devem dominar pelo menos um dos idiomas da conferência (espanhol, inglês, francês e português), além de seu idioma nativo. Os escolhidos devem chegar ao Brasil uma semana antes da delegação de seu país para participar de um curso preparatório, que incluirá um treinamento sobre conceitos, metodologias e atividades que serão desenvolvidas.

Quando acontece?

Em Brasília, 5 a 10 de junho de 2010.

Qual o objetivo da Conferência Internacional Infanto-Juvenil - Vamos Cuidar do Planeta - Conferência Internacional?

Possibilitar que crianças e jovens do mundo todo se apropriem localmente de compromissos globais, assumindo responsabilidades para a construção de sociedades sustentáveis e promover uma rede de cuidados com o planeta.

Quais temas serão abordados durante a Conferência Internacional?

Mudanças socioambientais globais, com foco nas mudanças do clima, é o tema que reunirá 900 pessoas, em sua maioria adolescentes entre 12 e 15 anos, além de educadores e lideranças dos movimentos de juventude, vindos de mais de 50 países.

Qual resultado se busca com a realização da Conferência Internacional?

Os delegados da Conferência vão elaborar juntos - por meio de atividades lúdicas, oficinas práticas, diálogos interculturais e intergeracionais - a Carta das Responsabilidades – Vamos Cuidar do Planeta, documento que assumirá responsabilidades coletivas e ações que devem ser implementadas local e globalmente.

Como surgiu a Conferência Internacional?

A Conferência Internacional emerge da experiência de três Conferências Nacionais - Vamos cuidar do Brasil, que aconteceram em 2003, 2006 e 2009, e envolveram 13 milhões de pessoas, em 20 mil escolas de todo o país.

Como os países participam da Conferência Internacional?

Cada país deve constituir uma Comissão Organizadora Nacional, que vai cuidar de todo o processo preparatório da Conferência Internacional no seu país. Qualquer instituição governamental ou da sociedade civil pode propor ou participar da criação dessa comissão. É desejável que ela tenha a anuência de seu Ministério da Educação ou órgão equivalente. Assim que for formada, o país deve entrar no site da Conferência Internacional (<http://confint2010.mec.gov.br>) para cadastrar sua comissão.

Quais ações serão desenvolvidas pelas Comissões Organizadoras Nacionais nos países que aderirem à Conferência Internacional?

- Mobilização de alunos e professores para a realização de conferências nas escolas;
- Organização de uma Conferência Nacional, de onde serão escolhidos os delegados que participarão da Conferência Internacional no Brasil;
- Facilitação do processo de redação de uma Carta de Responsabilidades de seu país, que será levada para Brasília e servirá de embasamento para a construção da Carta Vamos Cuidar do Planeta.

Como os grupos de juventude podem participar da Conferência Internacional?

A juventude pode participar da Comissão Organizadora Nacional apoiando a mobilização nas escolas. A comissão indicará um jovem para apoiar na facilitação dos processos da Conferência Internacional, devendo estar em Brasília na semana que antecede o evento e retornar com a delegação de seu país. O(a) jovem facilitador(a) deve:

- Ser fluente em um ou mais idiomas oficiais da Conferência Internacional (português, inglês, espanhol e francês). Se a língua nativa do facilitador for um dos idiomas oficiais, o facilitador deverá ser fluente em um dos outros três idiomas;
- Ter entre 18 e 25 anos;
- Ter experiência em facilitação e mediação de grupos;
- Fazer parte de um país que tenha delegação.

Quais outros canais de participação?

Além da participação de alunos, jovens e educadores nas escolas, existem espaços virtuais onde os jovens de todos os países podem se comunicar. Na comunidade de aprendizagem “Vamos cuidar do Planeta” tem conferência todo dia, com fóruns de discussão e intercâmbio de idéias. A Conferência também está presente no Facebook e no Twitter.

Como obter maiores informações sobre a Conferência Internacional?

No sítio <http://confint2010.mec.gov.br> estão disponíveis diversos documentos e material didático relevantes para a conferência, como o regulamento geral; o passo-a-passo utilizados nas conferências nas escolas do processo brasileiro; e cadernos sobre questões ambientais com destaque para os temas água, energia, biodiversidade e mudanças climáticas. Nossa expectativa é que este material possa servir de referência e incentivo para o processo da conferência em cada país.

Entre em contato com a equipe de organização da Conferência Internacional para obter informações sobre a Comissão Organizadora Nacional do seu país.

Ou no seguinte endereço:

Esplanada dos Ministérios, anexo 1 - sala 419

Brasília, DF, 70047-900

Brasil

Educação ambiental, mudanças climáticas e formação em países africanos vulneráveis

Ana Carolina Carneiro¹, Cláudia Martins², Renata Maranhão³

O Projeto de Educação Ambiental na CPLP

Em 2007, o Departamento de Educação Ambiental (DEA) apresentou o “Projeto de Educação Ambiental no Marco da Década do Desenvolvimento Sustentável” à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com o objetivo de contribuir para a implementação do Projeto Salas Verdes nesses países, conforme acontece no Brasil desde 2001, e para a construção do Programa CPLP de Educação Ambiental¹. Para tal, o DEA se comprometeu a realizar missões presenciais de formação técnica em EA, facilitadoras da construção de um processo educador transformador, com os objetivos de impulsionar o funcionamento das Salas Verdes e a construção do Programa CPLP de EA e os Programas Nacionais de EA, além de envolver os participantes no planejamento de uma proposta de campanhas educacionais voltadas à temática das mudanças climáticas globais.

O Projeto Salas Verdes vem sendo implementado em todas as regiões do Brasil, existindo hoje aproximadamente 390 dessas Salas no território nacional. As Salas Verdes se propõem a ser espaços de educação, formação e ação socioambiental, dedicados ao delineamento e desenvolvimento de atividades de caráter educacional ambiental. Esses espaços têm como ferramentas a divulgação e a difusão de publicações sobre temas socioambientais, com suas várias potencialidades: ambientais, culturais, sociais, pesquisa e comunicação.

A implementação do Projeto Salas Verdes nos oito países da CPLP é mais um instrumento que busca a cooperação para superar desafios socioambientais crescentes, segundo o princípio das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas.

A experiência em Guiné-Bissau: fase I

Guiné-Bissau foi uma grata surpresa, falando-se em termos sociais, humanos e ambientais.

Este é um país com um patrimônio natural de valor excepcional, que, por motivos de conflitos armados, migrações humanas e de má gestão dos recursos, vem sendo rapidamente degradado. Tem um território de 36.125 km², uma população estimada de 1.400.000 habitantes, com algumas flutuações mais recentes pela entrada de refugiados provenientes dos países francófonos que com ele fazem fronteira. Aproximadamente 64% de sua população vive no limiar da pobreza, com menos de dois dólares (2 USD) diários. Depende essencialmente dos recursos naturais, sendo a agricultura, a exploração florestal e a pesca os setores chave da sua economia nacional.

¹ O conceito de ‘Programa’ vem sendo aplicado por outras instituições e grupos de países, com a perspectiva de melhor apoiar e integrar as iniciativas em áreas temáticas específicas. Por exemplo, o escritório da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) em Guiné-Bissau foi o catalizador da criação de organizações e administrações chave de conservação da biodiversidade da região da África Ocidental e Central (que inclui países tais como Senegal, Guiné-Bissau, Congo, Gabão, Gana, entre outros), articulador das questões de conservação e desenvolvimento, através de um grande programa de planificação costeira. Desse Programa faz parte o Programa de Educação Ambiental no âmbito do Programa Regional Marinho e Costeiro (PRCM), desempenhando a Guiné-Bissau o papel central numa rede eficaz e unida da ONG’s e departamentos do governo, internacionalizando suas experiências exitosas e trazendo conhecimentos regionais e internacionais ao país (IUCN, 2009).

Sua riqueza advém de suas características ambientais – o país funciona como tampão climático e representa uma barreira à expansão da desertificação saheliana – e socioculturais – são 32 etnias, algumas das quais encontram no idioma uma barreira intransponível à comunicação entre os grupos e comunidades.

Apesar das dificuldades, o país é exemplar nas iniciativas empreendidas e em curso visando a valorização do ambiente e do saber tradicional associado a este. Dessa forma, acontece a gestão participativa de áreas protegidas. O país detém uma Reserva da Biosfera da Unesco (Arquipélago dos Bijagós), e são promovidas políticas de participação voluntária à escala nacional. Acontecem ações concretas a partir da sociedade civil, como as promovidas pela ONG Ação para o Desenvolvimento (AD)² e sua Rede de Escolas de Verificação Ambiental (EVA). A pedagogia que o Brasil tem vivenciado como bem-sucedida na educação de seus jovens e adultos em áreas rurais e pesqueiras, baseada na alternância, acontece há vários anos nas escolas rurais da Guiné, e a partir delas têm acontecido campanhas educativas de produção e plantação de mudas de “tarrafe” (mangue), que cobrem 8% do território nacional e constituem uma zona de produtividade biológica de influência geográfica regional.

Foi nesse contexto que decorreu a formação de 26 educadores e educadoras ambientais, entre os dias 7 e 9 de outubro do corrente ano, nas instalações da Embaixada do Brasil em Bissau.

Com uma programação previamente estabelecida, o Projeto de EA na CPLP foi apresentado, tendo-se discutido os conceitos que fundamentam as ações de educação ambiental no país, os princípios de gestão de um espaço público como são as Salas Verdes, Projeto Político Pedagógico e meios de comunicação entre as Salas, bem como as diretrizes gerais para um Programa de EA na CPLP. Os objetivos principais foram atingidos, tendo-se aprofundado o diagnóstico da educação ambiental realizado pelo próprio país, em 2008. Questões como participação, consumo, gênero e desenvolvimento, conflitos pelos recursos naturais e conhecimentos tradicionais, suscitaram discussões acaloradas e construtivas no grupo, que se posicionou de forma determinada frente aos quesitos de qualidade de vida das populações, aproveitamento das capacidades nacionais e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Perspectiva-se realizar uma segunda missão, em 2010, para promover a capilarização nos distritos, pressupondo a concretização das duas primeiras Salas Verdes, já identificadas no país, em Bissau, na Direção-geral do Ambiente, e em São Domingos, Cachéu, na AD.

A experiência em São Tomé e Príncipe: fase II

Em 2008 foi realizada uma missão-piloto no país, e entre os dias 19 e 21 de outubro deste ano teve lugar a segunda missão, que se propôs finalizar as atividades iniciadas, buscando principalmente a mobilização dos formandos para impulsionar a gestão das Salas Verdes e o processo de construção do Programa CPLP de EA.

Um dos pontos altos desta missão foi a elaboração e proposição de uma carta aberta, pelos educadores e educadoras ambientais participantes da formação, entregue à ministra do Ambiente e dos Recursos Naturais. Nessa carta, eles descrevem o contexto socioambiental do país, refletem sobre a relação entre as questões socioeconômicas e a degradação ambiental, colocam sua identidade como são-tomenses. A partir desse contexto, se comprometem a encaminhar as ações do Projeto de EA na CPLP e a apoiar a Direção-Geral do Ambiente no processo de implementação e gestão das Salas Verdes.

A carta foi entregue na cerimônia de encerramento da missão ao Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe (STeP), e publicamente à Senhora Ministra Cristina Dias. Esse documento, que ganhou caráter oficial, inaugurou um novo momento de mobilização em relação à questão ambiental de São Tomé e Príncipe e sinaliza bons resultados futuros.

O desafio das mudanças do clima

Em relação à questão climática, São Tomé e Príncipe apresenta uma situação muito peculiar. De acordo com os estudos feitos no país, o estado de conservação das ilhas, que ainda mantêm a maior parte de suas

² Sugere-se consulta à página da instituição: <http://www.adbissau.org/adbissau/>.



florestas em bom estado, faz com que o país, além de não contribuir para o aumento do efeito estufa, ainda contribua para sua mitigação. Isso porque suas reservas florestais funcionam como um sumidouro natural de gás carbônico, de forma que o país absorve três vezes mais do que emite.

No entanto, sua condição de mitigador natural do aquecimento global não tira o país de uma posição frágil em relação às mudanças climáticas. São Tomé e Príncipe já sofre com o aumento do nível do mar e as previsões para os próximos anos são preocupantes. O avanço do mar obrigou recentemente algumas comunidades de pescadores a se deslocar para áreas mais interiores. Nos próximos anos, a população que vive no litoral terá que se mudar para ocupar as partes mais altas das ilhas. É possível que uma parte considerável da população são-tomense se torne refugiada do clima, o que, para um país em estruturação e que ainda está em busca do desenvolvimento sustentável, é um cenário desastroso.

Por isso, a mobilização da população e seu posicionamento em relação à comunidade internacional, especialmente em Copenhague, é fundamental para delinear os próximos passos do país em relação às mudanças do clima. Afinal, um país que além de não contribuir para as emissões dos gases do efeito estufa, mitiga seus efeitos, deve evidenciar sua condição e exigências frente aos desastres iminentes provocados por outros países.

Possíveis questões subjetivas aos conceitos de desenvolvimento e à relação com o meio

Desde os primeiros momentos em território são-tomense, cumprimentando as pessoas com o tradicional “Oi, tudo bem?”, logo se recebe a resposta inesperada “Olá, mais ou menos!”. Para quem chega pela primeira vez em um país do continente africano, carregado de pré-conceitos que remetem à época da escravidão, essa resposta é absolutamente angustiante. Nos perguntamos o tempo inteiro o que há de errado, como podemos ajudar aquelas pessoas que aparentemente estão bem, mas que na verdade se dizem “mais ou menos”.

Depois, no convívio diário, é possível constatar que essa resposta é generalizada. Mas por quê?

Talvez uma possível resposta esteja na sua recente história de independência, há apenas 34 anos. São Tomé e Príncipe ainda mantém a estrutura de um país colônia, com sua base econômica dependente da pesca, produtos agrícolas como cacau e café, do turismo crescente e da cooperação internacional, que apesar de destinar somas astronômicas todos os anos ao pequeno país insular, ainda tem muita dificuldade em alavancar seu desenvolvimento social, econômico e ambiental³.

O país ainda apresenta em sua estrutura as antigas roças (unidades administrativas da época colonial), por todo o território, onde permanecem os descendentes dos antigos escravos em condições de muita pobreza, na verdade, nas ruínas dessas unidades.

Talvez a passividade da população corresponda a uma postura conformista, que se transforma em uma grande barreira à mobilização social. As pessoas não se unem para pensar e agir coletivamente em busca da solução dos problemas do país, ou mesmo da sua realidade local, individual; esperam que todas as questões sejam resolvidas pelo governo e pela cooperação internacional. Perpetuam um comportamento competitivo e imediatista - expressa pelo grupo de educadores (as) ambientais na carta aberta elaborada durante o período da missão - não raro alimentado pela própria cooperação internacional que muitas vezes ao se limitar a ‘assistir’, falha ao deixar de construir junto com o cidadão novos caminhos para o desenvolvimento, adequados e sustentáveis ao país.

O papel da educação ambiental

Ao se levar em consideração a realidade socioeconômica de São Tomé e Príncipe e, principalmente, sua recente história colonial, pode compreender-se melhor a cultura de seu povo e sua identidade, ainda em construção.

³ Para uma reflexão sobre a neocolonização do continente africano, sugere-se a leitura de Dembele (2009), disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/12/las-luchas-por-la-segunda-liberaci%C3%B3n-de-%25C3%A1frica.html>.

A Educação Ambiental, emancipatória e libertária, tem um papel muito importante para esse processo, que precisa contribuir para que a população visualize seu potencial enquanto nação. Esse país insular, com natureza exuberante e abundância de recursos naturais, tem vários caminhos sustentáveis para promover seu desenvolvimento – o primeiro passo é fazer com que a população consiga trabalhar sua auto-estima, campo em que a EA assume papel fundamental.

Isso é igualmente importante para Guiné-Bissau, com um histórico de sucessão de poder totalmente diverso do que acontece em São Tomé e Príncipe, com uma diversidade socioambiental incrível e desafiadora, numa época de limites para o Mundo, e principalmente para os países em desenvolvimento.

Referências bibliográficas

IUCN. A Guiné-Bissau aponta o caminho para a integração. Disponível em: <http://www.iucn.org/fr/ou222/afrique/?2613/5/A-Guine-Bissau-aponta-o-caminho-para-a-integracao>. Acesso em 10 dez. 2009.

1 Ana Carolina Carneiro é bióloga e analista ambiental do DEA/SAIC/MMA

2 Claudia Martins é engenheira agrônoma e consultora do DEA/SAIC/MMA

3 Renata Maranhão é engenheira florestal e gerente de projetos do DEA/SAIC/MMA

Entrevista com Marcos Sorrentino

Silvia Czapski

QUEM:

Biólogo, pedagogo e mestre em educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP), Marcos Sorrentino atua como professor no Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP. Foi professor da UNESP em Assis, docente convidado e orientador em diversos cursos de pós-graduação no Brasil. Participou de várias organizações e coletivos ambientalistas, entre os quais a Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos (Apasc), a Sociedade para a Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba (Sodemap), Instituto Ecoar para a Cidadania, Comissão para a Defesa do Patrimônio da Comunidade, Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo (Apedema), Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais. À época da realização dessa entrevista era diretor de EA do MMA, onde permaneceu de 2003 a junho de 2008.

QUANDO:

Entrevista concedida em 30/12/2006

COMO:

Pessoalmente

O QUE (principais temas):

Histórico da EA no Brasil

Política Nacional de Educação Ambiental

Programa Nacional de EA (ProNEA) e Sistema Nacional de EA (SisNEA)

Coletivos Educadores

Municípios Educadores Sustentáveis

Com-Vidas

Rede de Fundos Ambientais

Produção teórica em EA

RESUMO DA CONVERSA:

REMINISCÊNCIAS

De acordo com alguns autores, a Educação Ambiental que conhecemos surge nos anos 60 e, na década seguinte, ocorreria um processo de politização da área, como explica Marcos Sorrentino:

O Brasil e a América Latina, em especial, politizam muito [a EA], porque todo o movimento está associado a movimentos por liberdades democráticas, à luta por direitos humanos. (...) As entidades ambientalistas contribuíram muito para esse processo de constituição do que hoje a gente chama de uma educação ambiental

- alguns chamam de crítica, outros de popular, emancipatória.

O conjunto de atores que, nos anos 70, 80, faziam EA de várias formas vai, durante o processo preparatório da Rio-92, delineando uma convergência de ações que buscavam interferir mais incisivamente no campo das políticas públicas, no campo de uma organização de educadores e educadoras ambientais sintonizada com esse ideário ambientalista.

No final dos anos 80, surgem redes de EA. Esse cenário, que deságua na Rio-92, leva o Estado a buscar se organizar para responder as demandas da sociedade.

POLÍTICA NACIONAL DE EA

“Em 93, tem entrada na Câmara dos Deputados [o projeto de lei] a lei do Fábio Feldman, da Política Nacional de Educação Ambiental. Essa lei passou pelo debate da sociedade -- para a sociedade ainda como os iniciados, as pessoas que já faziam e falavam sobre EA. Uma comissão em Brasília sistematizou as contribuições. (...) E saiu uma lei, da qual eu tenho divergências -- desde o primeiro artigo, que restringe a compreensão de EA à conservação da natureza, à conservação ambiental --, mas que é um grande avanço no arcabouço institucional, no processo de institucionalização da EA no país.

Ela foi aprovada em 1999; de 1999 a 2002, ela ficou para ser regulamentada. Aí tem um decreto. E, apenas em julho de 2003, nós implementamos essa lei e o seu decreto. Em junho de 2003 nós criamos o Órgão Gestor da EA no país, numa cerimônia com a ministra Marina Silva, e o ministro Cristovam Buarque. Os dois nomearam a mim e à Laura Duarte, que coordenava a EA no Ministério da Educação.

PRONEA

“A gente se dedicou, no momento seguinte, a criar o Comitê Assessor do Órgão Gestor, que estava previsto na lei e no seu decreto de regulamentação. Aí passamos a realizar reuniões e deflagramos o processo de construção do Sistema Nacional de Educação Ambiental [SisNEA - ver abaixo], que não é previsto na lei, mas que na prática foi se delineando como a grande demanda para a institucionalização da EA, que era dar organicidade às inúmeras iniciativas que existiam no país no campo da EA.

Nós passamos a dedicar energia e esforços, a partir de 2003, para -- além de implementar o que estava previsto na lei, criar o Programa Nacional de Educação Ambiental [ProNEA], que estava sintonizado com o programa de governo, com o programa de ministério e a própria legislação existente, desde a lei da política de meio ambiente de [19]81 até a lei de Política [Nacional] de EA.

Esse programa nacional de EA foi produzido participativamente. A primeira versão é do final de 2003. Aí nos fizemos a segunda versão, que foi debatida com a sociedade durante 2004, e a terceira versão, aprovada no V Fórum Brasileiro de EA, no final de 2004. Essa terceira versão, assim como as demais, enuncia claramente que é um programa em permanente construção e que, portanto, a própria prática e as experiências que forem ocorrendo vão permitindo aprimorar esse programa.”

SISNEA

“A partir de 2003, além de implantar a política e elaborar esse programa, começou a se delinear esse Sistema Nacional de EA, que poderia dar organicidade e sinergizar as milhares de iniciativas de EA que ocorrem no país desde os anos [19]70, pelo menos. Essas milhares de iniciativas sempre apontaram para a carência de políticas públicas, para a sobreposição de atividades às vezes em uma mesma região, com o mesmo público.

O sistema, como um todo, objetiva propiciar condições para uma sociedade brasileira que se educa cotidianamente, para a melhoria da qualidade de vida, a proteção do meio ambiente, a implementação da sustentabilidade socioambiental - compreendendo sustentabilidade ambiental dentro de todo um ideário ambientalista. Trazer o que a fauna ambientalista fala desde os anos [19]70, para o cotidiano de 184 milhões de brasileiros e brasileiras.

Nessa perspectiva de deixar de fazer uma EA de elite, só para os já convertidos, mas fazer uma EA que esteja presente no cotidiano de todos os setores e regiões do país, é que se sente a necessidade de ter um sistema que promova isso continuamente, que não seja refém de eventos e atividades, que quem tem algum recurso para fazer, faça.

Nós precisamos ter uma estruturação que faça das iniciativas que existem em toda a sociedade, nas escolas e universidades, nas associações ambientalistas e empresas, nos órgãos públicos de distintas esferas e setores, o seu principal motor, procurando fortalecê-las, estimulá-las, qualificá-las. E aí nós procuramos construir um sistema que tem cinco instâncias de coordenação, articulação e fomento a iniciativas, e cinco eixos estruturantes, que são:

Instâncias:

1. Órgão Gestor e Comitê Assessor de EA;
2. CIEAs (Comissões Interinstitucionais de EA);
3. Coletivos Educadores
4. Municípios Educadores Sustentáveis;
5. Com-Vidas.

Eixos:

1. Encontros presenciais;
2. Financeiro;
3. Educomunicação (Sibea, EA Net, publicações e portais de EA);
4. Relações internacionais;
5. Pesquisa e avaliação.

E tem as redes de EA, cumprindo o seu papel de controle social, intercâmbio de informações e fortalecimento independente e autônomo dos educadores e educadoras ambientais por todo país.

COLETIVOS EDUCADORES (CEs)

“São coletivos de instituições de caráter educacional e ambientalista em cada base territorial (não é estado ou município, é uma região onde a relação de custo-benefício para promover os processos educadores com radicalidade se torna mais eficiente), com um número hipotético e inicial de aproximadamente de 600 mil habitantes para cada base territorial e que vai ganhando concretude no debate com os atores locais - no Pantanal, cada CE atende uma base de aproximadamente 200 mil habitantes, por decisão das pessoas do Pantanal. Na zona norte da cidade de São Paulo, a base tem um milhão de habitantes.

É, portanto, uma base territorial geográfica e populacional, onde haja instituições de caráter educador e ambientalista, que avaliam que podem atuar no sentido de percolar a EA em todo o tecido daquela sociedade da forma mais abrangente possível.

Não se faz EA só com meio de comunicação, de massas ou rádio comunitária, fanzine ou coisa assim, mas precisa deles. Não se faz EA só com estruturas educadoras, escola, museu, ciclovias, viveiro, mas se precisa delas. Não se faz EA só com formação de educadoras e educadores ambientais, formação de quadros, mas se precisa deles. Não se faz EA só com instâncias de debates, articulação, como conselho municipal de meio ambiente, conselho municipal de saúde, conselho municipal de educação, mas se precisa deles.

O coletivo educador procura ver todas essas formas de fazer EA e utilizá-las de forma coordenada, coerente, de maneira que esse coletivo educador elabore um projeto político-pedagógico para atuar com a totalidade dos habitantes daquela base territorial.

A escola é um elemento na educação. Educação é mudança cultural, é fortalecimento de cultura, mudança de cultura, valores etc. Para isso ocorrer, você não pode querer que somente a escola assuma toda essa responsabilidade. Precisa que a coisa aconteça na escola, mas precisa acontecer fora da escola: nos meios de comunicação, no pai e na mãe, nas estruturas. Para modificar, você precisa ter a ação dentro da escola e a ação fora da escola.

Os CEs são instâncias que elaboram projetos político-pedagógicos para apoiar, fortalecer aqueles que atuam dentro da escola, mas também para apoiar e fortalecer aqueles que atuam fora da escola, com associações de moradores, com sindicatos, museus, ciclovias, com todos aqueles que podem influenciar a EA que é feita. Quem constitui o coletivo educador são as várias instituições que já atuam com ambientalismo e com educação na região. O que está se fazendo é promovendo a aproximação dessas instituições.”

MUNICÍPIOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS

“No âmbito de um conjunto de municípios ou de um único município, você procura ganhar as autoridades locais para esse compromisso de educar cotidianamente para a sustentabilidade, e ganhar também as bases dessa sociedade através daqueles elementos que querem se formar como educadores ambientais. Então, o município educador sustentável tem a adesão das autoridades e ao mesmo tempo a participação de um conjunto de educadores ambientais comprometidos com a formação dos educadores ambientais populares.”

COM-VIDAS

“Comissões de meio ambiente e qualidade de vida (dentro das escolas) ou comunidades ou círculos de aprendizagem sobre meio ambiente e qualidade de vida (fora das escolas). É a instância mais capilarizada desse processo todo. Ali tem as pessoas que fazem EA cotidianamente: a dona-de-casa, o professor, o estudante, o sindicalista. É o que o Paulo Freire chamava de círculos de cultura; a gente chama de comunidade de aprendizagem.

Dentro da escola e fora da escola a gente tem Com-Vida. Essa foi uma decisão do Órgão Gestor, de usar a mesma nomenclatura para expressar essa organicidade que a gente estava buscando, nós queremos que os CEs estejam comprometidos com o fortalecimento de Com-Vidas dentro e fora das escolas. Como o CE foi uma iniciativa mais do Ministério do Meio Ambiente, a gente caminhava para ter uma disjunção, uma no MMA e outra no MEC.

Então a gente fez um pacto visualizando a Com-Vida como um elemento central dessa estrutura, e os Coletivos Educadores como a estratégia de descentralização para poder atender as milhares de Com-Vidas que a gente objetiva que se criem em todo o país.”

REDE DE FUNDOS AMBIENTAIS

“Como você financia projetos de EA em todo país? Nós estamos investindo energia na efetivação de uma rede de fundos sócio-ambientais, que foi criada há dois anos. Nessa rede de fundos, a primeira carteira que está sendo financiada é a de EA. Nós estamos promovendo a aproximação das CIEAs e dos educadores ambientais do estado ou região com esse fundo para que financie projetos de EA sintonizados com o Programa Nacional de EA, com o Programa Estadual de EA.

Cada fundo vai definir como ele vai trabalhar com a demanda induzida e a demanda espontânea. O que nós temos sinalizado é que não se pode continuar a financiar projetos de EA sem que eles tenham sintonia com aquilo que é definido como política estadual, regional e nacional de EA.

Não queremos eliminar a demanda espontânea, mas não podemos ignorar que o dinheiro de EA é pouco e do jeito que ele vem sendo tratado, de forma pulverizada, a gente desperdiça muito recurso. A gente faz EA e continua a ver a sociedade sendo degradada, o ambiente detonado... A intenção é ampliar a organicidade, naquilo que os educadores e as educadoras definem como prioritário - o financiamento (...) para projetos de EA.”

PRODUÇÃO TEÓRICA

“No Brasil, há muita produção teórica no campo de EA. O que é interessante no Brasil é a vinda de pessoas de outras áreas para trabalhar com EA. E hoje a gente já tem pessoas que fizeram toda sua formação nessa área [de EA], que trabalharam, fizeram graduação, mestrado, doutorado e hoje são professores universitários, são gestores, produzindo teoricamente sobre EA. Há hoje pelo menos uns 50 intelectuais no país escrevendo, falando, refletindo. Inequivocamente, os últimos 10 anos se tornaram muito férteis na produção teórica de EA.

Mas só com educação ambiental você não transforma a sociedade. O Paulo Freire fala que só com a educação você não transforma a sociedade, tampouco sem ela você transforma. A educação dá uma contribuição; para que ela consiga ir ao limite das suas possibilidades no campo educacional, a gente precisa ter quadros

qualificados. E eu acredito que nesses quatro anos [entrevista em dezembro de 2006] avançou-se na qualificação de quadros para fazer política pública de EA.

A gente tem muitos quadros qualificados para fazer projetos e atividade de EA no país, mas ainda poucos para fazer política pública. Hoje nós reunimos um grupo de pessoas que consegue trabalhar nesta direção - e não só no âmbito federal, nos estados também, em varias unidades federativas, nós tivemos muitos avanços em formação de pessoas para fazer isto."

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

"Vamos fazer, em setembro do ano que vem [entrevista em dezembro de 2006], o Encontro Lusófono e Galego de EA, na Galícia [Espanha]. Na Espanha, em geral, teve um avanço muito grande no que eles chamam de equipamentos de EA.

Em termos de articulação internacional, temos o programa nacional de EA de Angola, uma parceria do governo brasileiro com o angolano. Temos o Congresso Iberoamericano de EA - fizemos o quinto aqui [realizado em Joinville/SC, em abril de 2006]. Vamos fazer o sexto na Argentina. Tem a Articulação Lusófona Galega, com apoio da CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa]: estamos avançando na união dos oito países de língua portuguesa.

Tem a articulação latino-americana, o Placea [Programa Latino-Americano e Caribenho de EA] e os desdobramentos regionais, o Panacea [Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental], que é um desdobramento para os países amazônicos. Nós criamos um centro de saberes e cuidados sócio-ambientais na Bacia do Prata, envolvendo cinco países da Bacia do Prata [Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil].

Tem as iniciativas relacionadas à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que as Nações Unidas convocaram. Nós vamos lançar agora no começo do ano [2007] uma série, entre o MMA e a Unesco, de subsídio para a Década. Tem alguns contratos bilaterais: são contratos de cooperação de outras pessoas que vieram para cá (Moçambique, Guatemala), nós fomos à Costa Rica. São sondagens ainda, não há nada concreto.

Fizemos um desafio a um professor da universidade de São Francisco [EUA], que está sempre nesses eventos internacionais, conhece os países, e tem um grupo dentro da universidade se propondo estabelecer um banco de dados sobre o estado de arte da EA em todo o planeta, para que a gente consiga materiais e veja o que existe em cada país - se tem política de EA, se tem programa nacional, os principais projetos.

É muito pouco democrático o acesso à informação. A gente avançou muito pouco nessa área de democratização da informação sobre o que acontece em EA em outros países. E avançamos um pouco mais nessa área de cooperação internacional."

"NÓS" QUE DIFICULTAM O AVANÇO DA EA NO PAÍS

Falta de experiência acumulada. "A história da EA é recente; a transformação dessa história em política pública, mais recente ainda. Apesar de um grande avanço, ainda faltam quadros qualificados no país para traduzir as iniciativas dispersas em políticas públicas de e para a EA."

Financiamento necessário. "Desde a lei da PNEA [Política Nacional de Educação Ambiental], quando o FHC vetou o artigo que previa recursos financeiros para EA, nós continuamos a enfrentar dificuldades financeiras na área. Nós temos que ter mecanismos fixos de fluxo de recursos financeiros e de coordenação deles, para financiar todo esse sistema."

(Entrevista: Silvia Czapski; transcrição e edição: Daniela Alarcon
Revisão: Marcos Sorrentino)



Entrevista com Patricia Mousinho

Silvia Czapski

QUEM:

Formada em biologia, com pós-graduação em Planejamento e Gerenciamento Ambiental pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestrado em Ciência da Informação, um curso multidisciplinar do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Patricia Mousinho atuou por mais de dez anos na ong Ecomarapendi (RJ), nas áreas de educação ambiental, conservação, resíduos sólidos, comunicação de risco e indicadores de sustentabilidade. Ajudou a fundar e é facilitadora da Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (REARJ). Além disso, atua na Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea), tornando-se, em novembro de 2004, sua secretária-executiva, função que ocupou até o final de 2007.

QUANDO:

Entrevista concedida em 09/11/2006

COMO:

Por meio do Skype

O QUE (principais temas):

Histórico da Rebea

Desafios e novos projetos da rede brasileira

RESUMO DA CONVERSA:

REMINISCÊNCIAS

1997 foi um ano interessante para a Rebea pois, com a realização do IV Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, no Espírito Santo, consolidou-se a idéia dos grandes fóruns nacionais, relata Patrícia. Naquela ocasião, lembra ela, Heitor Medeiros assumiu a Secretaria Executiva e, dois anos depois, passou a tarefa para Vivianne Amaral, que permaneceu nessa função até novembro de 2004, quando se realizou o V Fórum Brasileiro de EA.

No período em que Vivianne atuou na Secretaria Executiva, reforça Patrícia, iniciou-se a interface da Rebea com o governo federal. O SIBEA (Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental) foi apresentado para as redes, já reconhecidas pelo Ministério do Meio Ambiente como interlocutoras. Foi então que o FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente) lançou o edital que resultou no projeto “Tecendo Cidadania”, que contemplou cinco redes, entre as quais a Rebea, completa ela.

Patricia explica que, como a Rebea não se constitui como pessoa jurídica, operacionalmente, o Instituto Ecoar para a Cidadania, de São Paulo, foi a instituição-sede do projeto. O “Tecendo Cidadania” encerrou-se oficialmente em fevereiro de 2004, com um ganho muito grande, devido aos encontros presenciais e à mobilização atingida, avalia.

Mas ela conta que foi coroado com a realização do V Fórum Brasileiro de EA, em novembro do mesmo ano, que representou um período de expansão que não parou até agora, segundo sua avaliação. Com a eleição

de Patrícia como secretária-executiva, ao final do V Fórum, a estrutura operacional da secretaria executiva foi transferida para o Rio de Janeiro, onde se decidiu que aconteceria o VI Fórum Brasileiro de EA .

FUNCIONAMENTO DA REBEA EM 2006

“Entre as redes de educação ambiental, há aquelas mais e as menos mobilizadas. Algumas, pela realidade local, ainda não usam internet, apenas o telefone.

A Lila [Guimarães, do Ecomarapendi, colaboradora da Secretaria Executiva da Rebea] faz trabalho diário de participar de todas as listas [de discussão]. Quando percebemos alguma rede menos mobilizada, provocamos. É uma forma de manter as conexões vivas e de sermos uma rede de redes.

A difusão da cultura de redes continua um desafio, mas estamos avançando. Vemos novas redes surgindo e um amadurecimento das já existentes.”

NOVOS PROJETOS

“Durante um período, buscamos financiamento para estrutura e gestão da Rebea, que é a atividade meio”, relembra Patrícia, ao relatar os novos projetos da Rebea, focados em atividades-fim, segundo ela.

EA NET. Projeto lançado em abril de 2006, com apoio do Órgão Gestor, como proposta de servir como uma ação complementar ao site da Rebea, cuja produção é jornalística. Uma das metas, segundo Patrícia, seria ampliar o acesso de jornalistas às fontes, como tentativa de qualificar a cobertura jornalística de EA e gerar pautas para mídias que não costumam cobrir a questão ambiental. Outra proposta com a mesma direção, também nesse projeto, seria montar um banco de fontes, uma espécie de “quem é quem” na EA no Brasil. Para completar, diz ela, o site EA.Net, foi estruturado como um espaço compatível para transmissão de arquivos e rádio e vídeo, de modo a possibilitar a veiculação do que se produz no Brasil todo. Isso inclui a tecnologia para transmitir eventos ao vivo, como aconteceu no V Congresso Ibero-americano de EA, realizado em 2006 no Brasil.

Como fica aberto a quem quer que seja que tenha acesso à internet, o EA.Net torna-se mais democrático que as teleconferências, interpreta Patrícia, para quem o contato com educadores ambientais de todo o país, por meio das redes de EA, facilita a identificação de temas de interesse, que normalmente não vêm à tona. Por exemplo, ao descobrir em Roraima gente que trabalha com plantas medicinais e faz vídeos, pode-se levar isso para a outra ponta, através da EA.Net. A proposta, resume Patrícia, é servir para qualquer coisa que gere reflexão e mobilização na área ambiental do país.

VI Fórum Brasileiro de EA. A Rebea escolheu fazê-lo no Rio de Janeiro, em novembro de 2007, com a promoção de pré-fóruns durante o ano. [Obs.: entrevista realizada em novembro/2006, antes da decisão de adiar o evento]

Coletivos Jovens na rede. Um projeto que Patrícia indica como “uma ação nacional de aproximação das redes de EA com os coletivos jovens de Meio Ambiente”. Seria um processo para qualificar o movimento, “investir num futuro que já está no presente”. Uma das ações iniciais previstas para acontecer em 2007, diz ela, ganhou o nome “Olhares da Juventude sobre o Tratado de EA”.

PERSPECTIVAS DOS COLETIVOS JOVENS

“Vejo que os coletivos jovens nascem tutelados pelo MEC, mas vão se descolando. Podemos apoiar o processo, falando em horizontalidade, um tema próximo a eles, no qual eles se enxergam, mas não conhecem.

Pela nossa percepção, os jovens que participam dos encontros são do Ensino Médio, ou prestes a entrar na universidade, em sua maioria. Querem mudar o mundo, construir a sociedade sustentável. A Rebea nasceu com este mesmo desejo. Tem tudo a ver dialogar.

Curioso é que os líderes, entre eles, são vistos como centralizadores, por ficarem mais em evidência.

Nossa proposta é que os Coletivos Jovens cortem o cordão umbilical, para praticarem a autonomia que desejam. Pois uma coisa é serem parceiros mas planejarem e trilharem os próprios caminhos, outra é esperar que o MEC diga o que deve ser feito. O MEC gosta disso, pois é EA emancipatória. Quando uma turma se forma, pode-se passar para outras.”

EDUCOMUNICAÇÃO

A Rebea surgiu quando a internet “engatinhava” e ainda não havia listas de comunicação. Mas elas facilitaram o desenvolvimento das redes de EA. Pois uma rede só existe se houver conexões. E como manter, sem comunicação? pergunta Patrícia. Segundo ela, a educomunicação é um campo novo, que nasce para qualificar quem está na comunidade, quem faz o trabalho educativo.

PERSPECTIVAS DA ATUAL GESTÃO

“Hoje [novembro/06], vivemos um momento de muita mobilização, de fortalecimento dos laços afetivos. Falamos tanto de saber cuidar, mas sem estabelecer boas relações com o outro, não teremos a sociedade sustentável.

Fora do país, ficam encantados com o que temos aqui. Mas, num país de 180 milhões de habitantes, um grande desafio é levar mais adiante a proposta da Rebea. O muito que conseguimos parece pouco. Nesse sentido, temos de ser mais generosos conosco, sentir que avançamos.

A consolidação da Rebea é um fato. Sabemos que nosso espaço é EA, e a essa essência temos sempre de retornar. Lembrar que somos educadores ambientais que escolheram a rede como forma de organização. Portanto, as dificuldades de manter a rede não podem ser maiores de que viver em rede.”

“NÓS” QUE DIFICULTAM AVANÇOS PARA A REDE

Desafio das multilideranças. Patrícia avalia como desafio na Secretaria Executiva da Rebea estimular o processo de multilideranças, compartilhar, para evitar a centralização das ações numa única pessoa. Mas é evidente, admite ela, que cada Secretaria Executiva dá o tom, com modos de agir diferentes em cada momento.

Dilemas das redes. No exercício da Secretaria Executiva por quase dois anos, quando da entrevista, Patrícia apontou o que considera dois dilemas, a serem trabalhados: 1- A Rebea, como a maioria das redes, vive a eterna dificuldade financeira (uma exceção é a rede Paraná III, que conta com o apoio da Itaipu Binacional). Existe a tradição da adesão voluntária, que não pode se perder. Mas empreender projetos, e ter estrutura de comunicação, exige recursos; 2- Nossa sociedade é verticalizada. Falar em horizontalidade, praticá-la, esbarra em limites. É um aprendizado contínuo.

(Entrevista e edição: Sílvia Czapski
Revisão Patrícia Mousinho)



Eventos

59ª Reunião da CTCOB - Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Oficina "Avaliação e Elaboração da Proposta de Diretrizes e Metas para 2009/2010 das CTs do CNRH

Data: 03 e 04 de Dezembro

Horário: 9 horas

Local: Hotel Nacional, Brasília-DF
Setor Hoteleiro Sul (SHS) - Quadra - 01 - Bloco "A"
CEP: 70322-900 - Asa Sul Brasília - DF - Brasil

Mais informações: Fone: (61) 3105-2076 / 2078; Fax: (61) 3105-2081

1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental

Data: 9 a 12 de dezembro

Local do Evento: Associação Atlética Lúdico Recreativa - Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 2 – Conjunto 53 – Brasília/ DF

A 1ª Conferência em Saúde Ambiental é uma iniciativa dos Conselhos Nacionais de Saúde, Cidades e Meio Ambiente atendendo às deliberações das Conferências Nacional de Saúde (13ª), Cidades (3ª) e de Meio Ambiente (3ª). Instituída por meio de Decreto Presidencial, tem como lema: "Saúde e Ambiente: vamos cuidar da gente!" e como tema "A saúde ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis".

Mais informações: (61) 3213 8434 ou cnsa@saude.gov.br.

TicTacTicTac, campanha global de ações pelo Clima

De 7 a 18 de dezembro de 2009, lideranças de todo o planeta estarão reunidas em Copenhague/Dinamarca para firmar acordos mundiais sobre a grave ameaça das mudanças climáticas. O Brasil tem papel fundamental nessa luta, já que é um líder nas negociações internacionais, mas também um dos maiores emissores mundiais de gases do efeito estufa.

Participe da Campanha colocando seu nome no abaixo-assinado reivindicando que - além de implementar as necessárias políticas nacionais - as autoridades brasileiras assumam JÁ o compromisso de defender ativamente no plano internacional o avanço para um acordo climático global.

Para assinatura e maiores informações acessar: <http://www.tictactictac.org.br/>



Publicações

Jornal comunitário O Oiti



Um grupo de moradores das comunidades de Pontinha, Riacho das Ostras e Primeiro de Abril, em Prado (BA), lançou o jornal comunitário O Oiti.

Os participantes do jornal produziram textos e fotos sobre temas que têm a ver com seu universo. Agricultura orgânica, receitas, história das comunidades e o beiju, uma iguaria produzida na Pontinha, fazem a pauta do primeiro número.

O jornal O Oiti nasceu a partir de uma iniciativa de educação ambiental do Parque Nacional do Descobrimento e da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, no extremo Sul da Bahia. Comunidades que vivem no entorno dessas duas Unidades de Conservação (UCs) receberam oficinas para desenvolver jornais comunitários.

A estratégia de fazer jornal é uma das ferramentas da educomunicação, que se utiliza de metodologias participativas para que os envolvidos se apropriem de um repertório comum de reflexões sobre mobilização social, cidadania, saúde, cultura, educação ambiental, unidades de conservação e suas relações com a comunidade.

O Oiti tem tiragem de mil exemplares e será distribuído nas três comunidades rurais e ainda no município de Prado.

O jornal poderá ser baixado clicando-se no link: <http://ooiti.blogspot.com/>

Cartilha produtos orgânicos: o olho do consumidor



Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Produtos orgânicos: o olho do consumidor / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/ACS, 2009.

34 p. ; 20 cm.

A cartilha foi editada pelo Ministério da Agricultura e fala sobre os benefícios do consumo de alimentos livres de agrotóxicos e reconhece que os transgênicos “colocam em risco a diversidade de variedades que existem na natureza”.

Ilustrada por Ziraldo, está disponível na página da AHBA - Associação Brasileira de Agroecologia. <http://www.aba-agroecologia.org.br>

Ou diretamente no link: http://www.aba-agroecologia.org.br/aba2/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=62

Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências



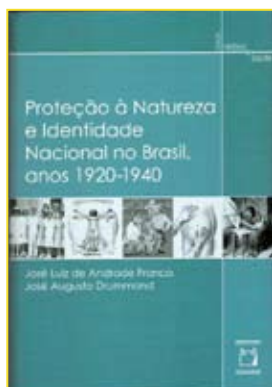
Chavez-Tafur, J.L. Aprender com a Prática: uma metodologia para sistematização de experiências. Rio de Janeiro-AS-PTA, 2007.

A edição atual reúne e atualiza o documento base utilizado durante a primeira reunião do Programa Piloto de Sistematização de Leisa (Lima, agosto de 2005), assim como as contribuições feitas por Karen Hampson, Rik Thijssen, Anita Ingevall e o autor (Ileia) para a tradução para o inglês. A atual versão foi revisada e adaptada por Adriana Galvão Freire e Paulo Petersen (membros da equipe editorial da Revista Agriculturas: experiências em agroecologia).

Material disponível na página da AHBA - Associação Brasileira de Agroecologia. <http://www.aba-agroecologia.org.br>

Ou diretamente no link: http://www.aba-agroecologia.org.br/aba2/images/pdf/manual_de_sistematizacao.pdf

Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920 - 1940



FRANCO, José Luiz de Andrade; Drummond, José Augusto. Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, 1920-1940. Coleção História e Saúde. Editora Fiocruz, 2009, 267p.

Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940 desvenda, de forma elegante e articulada, o modo como um grupo de naturalistas diretamente envolvidos com questões relativas à proteção da natureza e intrinsecamente inseridos no contexto político-intelectual da época desempenhou papel relevante na formulação de políticas públicas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro durante o governo Vargas. Sintonizados com os debates da intelectualidade dos anos 1920-1940, a qual visava a definir novos rumos para a nação brasileira, os cientistas Alberto José Sampaio, Armando Magalhães Corrêa, Cândido de Mello Leitão e Frederico Carlos Hoehne encontraram no precursor pensamento conservacionista do jurista e político fluminense Alberto Torres o

suporte e a inspiração necessários ao estabelecimento de tópicos referidos à proteção do meio ambiente em sua relação com a identidade nacional.

Revista Brasileira de Educação Ambiental - vol. 4



Revista Brasileira de Educação Ambiental / Rede Brasileira de Educação Ambiental. - n. 4 (Jul. 2009). -- Cuiabá, Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2009. 245 p.

Em especial, neste número, vários artigos desfilam na passarela. Textos enviados há muito tempo, mas ainda pendentes na fila de espera, ou textos novos que chegaram alcançando novos rumos. Diferente do número 3, que foi especialmente temático ao tema “redes”, este volume 4 celebra um diálogo de saberes em mosaicos coloridos de várias abordagens. Como cacos de vidro em estilhaços, refletem as cores luzindo saberes diferenciados. Por vezes ferem ao denunciar a crise mundial frente aos danos ambientais, mas reacendem luzes na esperança do devir, do fazer diferente para que a sustentabilidade planetária não seja apenas um discurso da minoria, mas um planeta de todos.

Material disponível no link: <http://www.ufmt.br/remtea/revbea/>